

HISTÓRIA - Grupos B, C e E - Gabarito

1ª QUESTÃO: (2,0 pontos)

Avaliador

Revisor

A Revolução Francesa de 1789 foi um fenômeno que pode ser comparado àquele da Revolução Americana de 1776. Ambas constituem parte do que designamos como “Revoluções Burguesas”. Entretanto, observando seus resultados políticos na França e nos EUA, percebemos diferenças radicais no tocante aos modos de organização dos governos de cada um desses Estados.

Tendo em vista o estabelecido acima:

a) explique as diferenças entre as formas políticas resultantes de **cada uma** das revoluções, no âmbito da França e dos EUA;

Resposta:

Nos EUA, a revolução, no seu término, através da convenção constitucional da Filadélfia, produziu uma constituição que, mesmo levando em conta as diferenças entre republicanos e federalistas, definiu a criação de uma república federativa, que estabelecia o equilíbrio entre o governo central e os governos dos estados membros, garantindo a autonomia desses. Esse resultado decorreu da experiência de luta pela liberdade e autonomia dos colonos da América Inglesa (frente aos obstáculos criados pelo governo inglês), da presença dos valores iluministas, das marcas burguesas que os orientaram e das religiões protestantes que incentivavam a poupança e a acumulação através do trabalho. Na França, a luta contra o Antigo Regime reuniu setores sociais heterogêneos nos seus interesses e projetos, fruto das experiências de domínio do clero e da nobreza ao longo da formação do Estado francês. Desse modo, ao término da Revolução Francesa, não tivemos o lema da revolução transformando-se num regime republicano, mas sim numa monarquia constitucional de caráter censitário, onde votavam e eram votados apenas aqueles que tinham rendas e eram proprietários, justificando esse mecanismo pelos pressupostos iluministas relacionados ao talento e à realização econômica.

b) indique **um** dos líderes da Revolução Americana e **um** movimento no Brasil que tenha recebido a influência de uma das “Revoluções Burguesas”.

Resposta:

Entre os líderes podem ser citados Thomas Jefferson, Benjamin Franklin, John Adams, George Washington ou Alexander Hamilton. No caso do movimento brasileiro poderá ser citada uma das inconfidências que ocorreram entre o final do século XVIII e o início do século XIX.

2ª Questão: (2,0 pontos)

Avaliador

Revisor

No final do século XVIII, em função da divulgação das críticas iluministas aos “Antigos Regimes”, observaram-se processos de modernização de certos regimes absolutistas em alguns Estados europeus. Esses processos indicavam, de um lado, a crise dos Antigos Regimes e, de outro, a presença nesses Estados, que se renovavam, de projetos de mudanças que tinham por objetivo manter o poder frente aos avanços burgueses.

A partir dessas considerações:

a) indique **dois** Estados europeus que realizaram esses processos de modernização;

Resposta:

Os candidatos poderão indicar dois dos seguintes Estados europeus: Áustria, Rússia, Prússia, Portugal ou Espanha. Também serão consideradas, corretas as respostas que citarem dois dos seguintes reis ou ministros: José II, Catarina II, Frederico II, D. José II, Marquês de Pombal, Carlos III ou Conde de Aranda.

HISTÓRIA - Grupos B, C e E - Gabarito

b) mencione como os livros didáticos de História registram esses processos e analise **duas** de suas características.

Resposta:

Os processos são denominados de despotismo esclarecido, mas também serão consideradas as denominações: absolutismo esclarecido, despotismo iluminado e absolutismo iluminado. Quanto às características: I - poderão ser explicadas pelas reformas realizadas no tocante à eficácia administrativa, aumentando o poder do rei e limitando a presença da nobreza no Estado. Dessa forma, diminuíram os custos da Corte e realizaram um movimento de anulação dos privilégios das aristocracias desses Estados. II - poderão ser explicadas, também, pelo incentivo à educação pública, que ampliava as condições de acesso ao ensino dos setores burgueses através da criação de escolas e pelo apoio à criação e desenvolvimento das academias literárias e científicas.

Tudo isso com a intenção de expandir a capacidade de domínio do Estado Absoluto, pois significava a abertura de um espaço de ação dos interesses burgueses, no intuito de compatibilizar suas economias às novas práticas mercantilistas e manufatureiras. Tais práticas garantiriam a esses Estados independência frente à política de Inglaterra e de França.

Outra característica importante é o estímulo à cultura, às artes e à filosofia que, paradoxalmente, incentivou o avanço dos valores e idéias iluministas, aumentando a força das críticas aos Antigos Regimes.

3ª QUESTÃO: (2,0 pontos)

Avaliador

Revisor

“Juro defender o vasto Império do Brasil e a liberal constituição digna do Brasil e digna do seu imortal defensor como pedem os votos dos verdadeiros amigos da Pátria”

Segundo Lucia Neves, com essas palavras, D. Pedro I colocava-se, antecipadamente, na qualidade de juiz e revisor da Constituição Brasileira que seria elaborada pelos representantes da Nação. (apud Neves, Lucia Pereira das & Machado, Humberto. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 1999, p. 84.)

Com base nessa afirmativa, analise o contexto político que originou a Carta outorgada de 1824.

Respsota:

O candidato deverá responder que, nos primeiros anos da Independência, o debate político se concentrou no problema da aprovação de uma Constituição. As desavenças entre Dom Pedro e a Assembléia giraram em torno do papel do Imperador, ou seja, das atribuições do Poder Executivo. Os constituintes queriam, por exemplo, que o imperador não tivesse o poder de dissolver a Câmara dos Deputados. Queriam também que ele não tivesse o poder do veto absoluto, isto é, o direito de negar validade a qualquer lei aprovada pelo Legislativo. Nesse sentido, era consenso a escolha da monarquia constitucional, como regime de governo, capaz de sustentar a união até então compartilhada por todos os constituintes de várias regiões do recente império. A carta outorgada de 1824 consolidou, no entanto, a centralização do poder político no Rio de Janeiro, sustentada especialmente pelas camadas de grandes comerciantes e traficantes de escravos. A concentração do poder na esfera do Executivo, ou seja, no Imperador e seus ministros, em detrimento do Poder Legislativo, reforçou o projeto centralizador.

4ª QUESTÃO: (2,0 pontos)

Avaliador

Revisor

“Nós, Povo da África do Sul, declaramos, para que todos, no nosso país, e no mundo, saibam: Que a África do Sul pertence a todos os que nela vivem, negros e brancos, e que nenhum governo é legítimo se não se basear na vontade do povo. Que o nosso povo foi espoliado do seu direito à terra em que nasceu, da liberdade e da paz por um governo baseado na injustiça e na desigualdade” A Carta da Liberdade – Programa do Povo Sul - Africano. Apud. Pereira, Francisco José. *Apartheid: o Horror Branco na África do Sul*. São Paulo, Brasiliense. Coleção Tudo é História, 1985, p. 67.

HISTÓRIA - Grupos B, C e E - Gabarito

Aprovada em 25 de junho de 1955, a Carta da Liberdade tornou-se o programa de luta dos sul-africanos contra o *apartheid*. Com base nessa afirmativa:

a) exemplifique a política social do regime de *apartheid*, em relação aos negros;

Resposta:

O candidato deverá responder que o regime de *apartheid* foi um sistema que pregou o desenvolvimento, em separado, de cada grupo racial existente na África, privando a população não branca de direitos políticos e civis, constituindo-se, portanto, um racismo consagrado em lei.

O candidato poderá, ainda, destacar que o *apartheid* despejou milhares de negros de suas terras, entregando-as aos brancos, o que significou que 87% das terras sul africanas passaram a pertencem aos brancos. O regime impediu ainda que os negros comprassem terras e que se tornassem agricultores auto-suficientes.

O candidato, também, poderá afirmar que, apenas um pequeno número de negros podia viver nas cidades, desde que aceitasse realizar serviços essenciais para os brancos. Também era proibido o casamento entre negros e brancos.

O candidato poderá, ainda, destacar as Leis do Passe, que garantia o controle sobre a movimentação dos africanos. O regime consagrou a catalogação racial da criança. Com base nessa catalogação, o negro só podia morar em determinadas áreas.

O candidato poderá, ainda, ressaltar que o *apartheid* aprovou uma série de leis que classificou e separou os negros em diversos grupos étnicos e lingüísticos, gerando os bantustões – territórios tribais independentes, onde os negros foram confinados.

b) mencione o mais importante líder da luta contra o *apartheid* e ex-presidente da África do Sul.

Resposta:

Nelson Mandela

5ª QUESTÃO: (2,0 pontos)

Avaliador

Revisor

Escrevendo sobre a transição democrática brasileira e a emergência da Nova República em 1985, Boris Fausto afirma que “O fato de que tenha havido um aparente acordo geral pela democracia, por parte de quase todos os atores políticos, facilitou a continuidade de práticas contrárias a uma verdadeira democracia. Desse modo, o fim do autoritarismo levou o país a uma “situação democrática” mais do que a um regime democrático consolidado. A consolidação foi uma das tarefas centrais do governo e da sociedade nos anos posteriores a 1988” (FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 290).

Com base na leitura do texto, analise **duas** contradições presentes no processo da transição “democrática” no Brasil.

Resposta:

Dentre as contradições, o candidato poderá apontar: **a)** o fato de que a transição, por ter sido iniciada pelos próprios presidentes militares – em particular pelo presidente Ernesto Geisel – consistiu num processo, a princípio, controlado pelos próprios militares que, em função das disputas internas na corporação entre os setores mais “liberais” e a chamada “linha dura”, imprimiram como sua marca um caráter lento, gradual e seguro, “fechado”, portanto, às reivindicações de caráter popular; **b)** o fato de que a transição brasileira, apesar de não provocar grandes abalos sociais, revelando o continuísmo de certos grupos no poder, também não contemplou os reais problemas socioeconômicos do país, os quais transcendiam, em muito, a mera garantia de direitos políticos à população, dentre eles a redistribuição da renda, o fim da desigualdade de oportunidades a todos, a redefinição do modelo econômico recessivo, então praticado desde a crise do “milagre” etc.; **c)** outra contradição residiu no fato de que a transição, por ser “pactuada”, resultou na permanência de práticas políticas tradicionais tais como a corrupção e o clientelismo, que impediram a consolidação de um regime efetivamente democrático; **d)** o fato de a campanha das “Diretas Já!”. (em torno da votação da

HISTÓRIA - Grupos B, C e E - Gabarito

Emenda Dante de Oliveira, que restabeleceria eleições diretas para presidente da República) ter sido substituída pela campanha pró-eleição de Tancredo Neves, pelo voto indireto no Congresso (o mesmo que não aprovara as eleições diretas), já revelaria um novo arranjo político, do qual foram excluídos atores sociais antes presentes, sobretudo aqueles comprometidos com as causas populares, como o PT, por exemplo, grande mobilizador das “Diretas Já!”; **e**) o fato de que a transição, por consistir numa resposta do regime militar às pressões dos setores dominantes, prejudicados pela crise econômica marcada pela inflação e estagnação, contou com um caráter altamente conservador e antipopular no tocante às políticas econômicas. Tais políticas foram praticadas após a posse do primeiro presidente civil (José Sarney), cujos “planos” econômicos – Cruzado, Bresser e Verão – via de regra, penalizaram os trabalhadores mediante congelamento dos salários e não dos preços – com exceção do Plano Cruzado, em sua fase inicial; **f**) o fato de que a transição e a Nova República, sendo expedientes políticos que, em certa medida, desviavam as atenções da grave crise econômica do país - sem atacar de frente seus reais motivos - levaram ao agravamento da própria espiral inflacionária. Isso porque as políticas econômicas do período basearam-se em aumentos de tarifas públicas e impostos, além da ampliação vertiginosa da dívida interna brasileira; **g**) o fato de que o sistema eleitoral, nascido com a Nova República e a Constituição de 1988 – estabelecendo eleições em dois turnos, por exemplo –, padecia de limitações que impediriam a realização de disputas eleitorais representativas da vontade da maioria da população, favoreceu a vitória de candidatos da elite; **h**) o fato de que a política econômica do “feijão-com-arroz” (do então ministro Mailson da Nóbrega, 1988) – destinada a promover o “controle” da inflação em torno de 15% ao mês, (mediante redução de déficits públicos via corte de incentivos fiscais – com a recuperação de algumas prerrogativas econômicas para o Congresso, após a aprovação da nova Constituição de 1988,) levou a uma crise de “ingovernabilidade”, que cedo comprometia o caráter “democrático” da Nova República, dentre outras contradições.